



7
101

Interno – 002/2015 – CONTROLE INTERNO

São José do Rio Preto, 31 de julho de 2015.

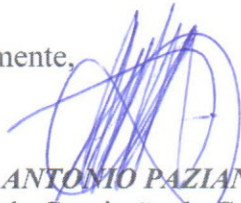
Para : EMILIA MARIA MARTINS DE TOLEDO LEME

Ref.: Relatório do Controle Interno.

Prezada Senhora:

De acordo com o art. 7º da Instrução Normativa 23, de 30 de abril de 2013, vimos por meio de este apresentar o relatório do controle interno referente ao primeiro semestre do ano de 2015.

Atenciosamente,


ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO
Presidente da Comissão de Controle Interno


Cintia
08/09/15



RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.

1. FUNDAMENTAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DE IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o artigo 74, § 2º, ao atribuir ao cidadão, partido político, associação ou sindicato, competência para denunciar ilegalidade ou irregularidades perante os Tribunais de Contas, privilegiou a cidadania e fez todos os cidadãos tornarem-se responsáveis pela coisa pública.

A exigência legal da criação do Controle Interno advém de cláusula constitucional e alcança as entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (grifamos)

O ordenamento constitucional, por si só, é claro em ordenar a criação de tal controle, porém, corroborando com o mandamento, o Artigo 35 de Constituição Estadual do Estado de São Paulo também exige a fiscalização almejada:

Artigo 35 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (grifamos)

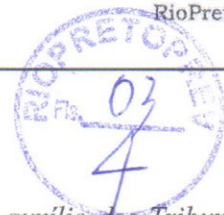
(...)

Além disso, também há previsão do Controle Interno na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/00), nos Artigos 54, Parágrafo Único e 59, que assim expressam:

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

(...)

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20. (grifamos)



Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a: (grifamos)

(...)

Se farta fundamentação não bastasse, a Lei Complementar n.º 709/93, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, prevê em seu Artigo 26 a existência do Controle Interno como forma auxiliar de fiscalização, nos seguintes termos:

Artigo 26 - Para cumprimento de suas funções, o Tribunal de Contas poderá utilizar-se dos elementos apurados pelas unidades internas de controle da administração direta e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal. (grifamos)

Diante das leis supracitadas, desde o exercício de 2.009 o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCE-SP)** vem exigindo, nos relatórios finais de avaliação e em seu site (<http://www4.tce.sp.gov.br/controle-interno-munic-paulistas>), a implantação do Sistema de Controle Interno.

A ausência de sua instalação e composição de seu(s) membro(s) poderá ensejar a aplicação de sanções aos administradores, conforme as Instruções 2/2008 do TCE-SP.

No âmbito da RIOPRETOPREV, a comissão de controle interno foi normatizada pela Instrução Normativa n.º 23/2013.

2. DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

Através da portaria n.º 128/2013, de 06 de março de 2013, foram nomeados os integrantes do Sistema de Controle Interno.

Em relação à nomeação dos supramencionada, é importante destacar que o **TCE-SP exige expressamente que os encargos do Controle Interno sejam exercidos por servidores de carreira do órgão da administração pública, conforme Comunicado SDG n.º 32/2012 (disponível em: <http://www4.tce.sp.gov.br/comunicado-sdg-n-322012>).**

Foram nomeados para compor o sistema de controle interno:

- **Adriano Antonio Pazianoto – Presidente**



- **Hélio Antunes Rodrigues e Izabel Cristina Pires Borelli – Membros.**

3. DA FINALIDADE DA COMISSÃO DO CONTROLE INTERNO DA RIOPRETOPREV

O art. 3º da Instrução Normativa 23, de 30 de abril de 2013 estabelece como finalidade da comissão de controle interno:

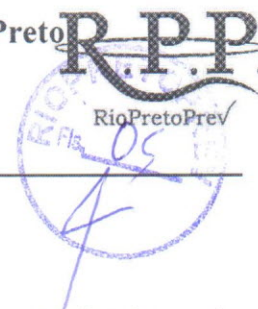
- 3.1. Criar as condições necessárias que assegurem a eficácia do controle e a regularidade da realização da receita e da despesa da autarquia;
- 3.2. Acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;
- 3.3. Avaliar os resultados alcançados pelos administradores;
- 3.4. Verificar a execução dos contratos;
- 3.5. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento;
- 3.6. Verificar a legalidade de atos e avaliar os resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- 3.7. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- 3.8. Verificação de atos e fatos administrativos;
- 3.9. Verificação das atividades de compensação previdenciária;
- 3.10. Verificação da eficiência e eficácia do fluxo de trabalho.

Além dos itens apontados acima, compete também a Comissão de Controle Interno, de acordo com o TCE-SP:

- 3.11. Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

Dessa forma, passamos a analisar cada item para formação do relatório.

4. DA FISCALIZAÇÃO REALIZADA



Primeiramente, realizaremos a análise dos atos administrativos realizados pela Autarquia. Essa análise atenderá as finalidades expostas nos itens 3.3, 3.4, 3.8, 3.9 e 3.10.

De acordo com o que dispõe o art. 40 da Constituição Federal, aos servidores públicos é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

4.1. VERIFICAÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PELO RPPS.

Analizamos os procedimentos administrativos de concessão dos benefícios previdenciários devidos pela autarquia, cuja concessão ocorreu no primeiro semestre de 2015.

Verificamos se foram juntados os documentos considerados obrigatórios pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4.2. DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

Na tabela abaixo fazemos um resumo dos benefícios de aposentadoria concedidos no primeiro semestre de 2015:

Tipos/Fundamentação legal	Quantidade
Aposentadoria por Invalidez – art. 40, § 1º, I, CF e art. 6-A da EC 41/2003.	9
Aposentadoria por Idade – art. 40, §1º, III, “b”, CF	9
Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Integral – art. 6º da EC nº 41/03	29
Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Integral – art. 3º da EC nº 47/05	4
Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Redutor - art. 2º da EC nº 41/03	0
Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Média - art. 40, §1º, III, “a”, CF	2
Aposentadoria Compulsória Por Idade – art. 40, §1º, II, CF	5
Total	58

Foram verificados, por amostragem, os processos de aposentadoria registrados no sistema integrado no período (conforme relação anexo I), os quais se encontram regulares em termos de documentação.

4.3. DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE



Na tabela abaixo fazemos um resumo dos benefícios de pensão por morte no primeiro semestre de 2015:

Fundamentação Legal	Quantidade
Pensão Por Morte De Servidor Ativo – art. 40, § 7º, II, CF	1
Pensão Por Morte De Servidor Inativo – art. 40, § 7º, I, CF	2
Total	3

Foram verificados, por amostragem, os processos de pensão por morte que foram registrados no período (relação anexo II) que se encontram regulares em termos de documentação.

4.4. DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE

Na tabela abaixo fazemos um resumo dos benefícios por incapacidade registrados no primeiro semestre de 2015 (anexo III):

Benefício	Quantidade
Auxílio-doença	238
Auxílio-doença acidentário	11
Total	249

Conforme pesquisa amostral realizada, os procedimentos estão regulares quanto a documentação e procedimentos médicos.

4.5. DA CONCESSÃO DO SALÁRIO-MATERNIDADE

Na tabela abaixo fazemos um resumo dos benefícios por maternidade registrados no primeiro semestre de 2015 (anexo IV):

Benefício	Quantidade
Salário-Maternidade – Lei Complementar 139/2001	65
Total	65



Conforme pesquisa amostral realizada, os procedimentos estão regulares quanto a documentação.

5. DOS ATOS DE GESTÃO DE PESSOAL

Em relação aos atos de gestão de pessoal, cumpre informar que, no período, foram nomeados servidores aprovados em concurso público para ocupar cargo de provimento efetivo.

Também foram nomeados servidores para ocupar cargo de provimento com comissão e para exercer funções gratificadas.

Abaixo estão discriminadas as portarias produzidas no primeiro semestre:

Portaria:	Descrição
177/2015	É DESIGNADO o servidor HELIO ANTUNES RODRIGUES para substituir o servidor RUBEM SEVERIAN LOUREIRO, ocupante de cargo em comissão de Coordenador da Gestão de Custeio e Investimento, do dia 05/01/2015 à 12/01/2015, período em que o servidor estará em gozo de saldo de Férias, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
178/2015	DESIGNA, a servidora VANESSA LAGO MARTINS, para exercer a Função de Chefe da Seção de Fluxo Financeiro, da Coordenadoria da Gestão de Custeio e Investimentos desta Autarquia, criada pelo art. 3, da Lei Complementar 382/2013, fazendo jus a retribuição remuneratória correspondente, retroagindo os efeitos desta a 01 de janeiro de 2015.
179/2015	DESIGNA, o servidor FABIANO HERNANDES DE ASSIS, para exercer a Função de Chefe da Seção de Compensação Previdenciária, da Coordenadoria de Gestão de Benefícios desta Autarquia, criada pelo art. 3, da Lei Complementar 382/2013, fazendo jus a retribuição remuneratória correspondente, retroagindo os efeitos desta a 01 de janeiro de 2015.
180/2015	REVOGA a Portaria nº 159 de 26 de maio de 2014. NOMEIA: Ficam nomeados para compor a Comissão de Licitações da RIOPRETOPREV, Danathielle Louise Moitim – PRESIDENTE, Roberto Carlos Menoni Junior e Wilclem de Lazari Araujo – MEMBROS, surtindo os efeitos desta a partir de 01 de janeiro de 2015.
181/2015	Fica a servidora LUDMILA ANDRADE SERNAGIOTTO DE SOUZA – Coordenadora Administrativa autorizada a receber adiantamentos, nos termos do Direito Financeiro e Lei Municipal nº 8.839, de 23 de dezembro de 2002, para cobertura de despesas



	emergenciais de pronto pagamento e de pequeno porte, objetivando melhor desempenho nas atividades do dia a dia da Autarquia, conforme regulamento.
182/2015	É DESIGNADO a servidora IZABEL CRISTINA PIRES BORELLI para substituir o servidor Rafael Henrique Lopes Pereira, no cargo de Coordenador da Gestão de Benefícios da Entidade, do dia 18/02/2015 à 25/02/2015, período em que o servidor estará em gozo de licença prêmio, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
183/2015	NOMEIA, à vista da classificação obtida no Concurso Público, Edital n.º 01/2013, para ocupar, em estágio probatório, o cargo de provimento efetivo de AGENTE PREVIDENCIÁRIO, criado pela Lei Complementar n.º 382 de 18 de abril de 2013, surtindo os efeitos desta a partir 23 de fevereiro de 2015: MARCOS GOMES LINO
184/2015	RETIFICA a portaria nº 182 de 20 de fevereiro de 2015, da servidora IZABEL CRISTINA PIRES BORELLI: Onde se lê: “do dia 18/02/2015 à 25/02/2015” Leia-se: “do dia 18/02/2015 à 01/03/2015”.
185/2015	É DESIGNADO o servidor MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO para substituir o servidor Adriano Antônio Pazianoto, para ocupar o cargo em Comissão – ASSESSOR EXECUTIVO DOS CONSELHOS, do dia 06/04/2015 à 20/04/2015, período em que o servidor estará em gozo de saldo de licença prêmio, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990.
186/2015	Fica o servidor MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO – Agente Previdenciário autorizado a receber adiantamentos, nos termos do Direito Financeiro e Lei Municipal nº 8.839, de 23 de dezembro de 2002, para cobertura de despesas emergenciais de pronto pagamento e de pequeno porte, objetivando melhor desempenho nas atividades do dia a dia da Autarquia, conforme regulamentado abaixo:
187/2015	É DESIGNADO o servidor MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO para substituir a servidora Ludmila Andrade Sernagiotto de Souza, para ocupar o cargo em Comissão – COORDENADOR ADMINISTRATIVO, do dia 11/05/2015 à 07/09/2015, período em que a servidora estará em gozo de salário maternidade, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 346/2011.
188/2015	Ficam nomeados para compor o Comitê de Investimento da RIOPRETOPREV, os membros Mário José Piccarelli de Castro, Hélio Antunes Rodrigues e José dos Santos Filho conforme disposto na Portaria MPS 170/2012, Resolução CMN 3.922/2010, Decreto nº 16.524/12, alterado pelos Decretos nº 16.692/13, nº 17.091/14 e nº 17.297/15, retroagindo os efeitos desta a partir de 26 de junho de 2015.
189/2015	É DESIGNADA a servidora IZABEL CRISTINA PIRES BORELLI para substituir o servidor Rafael Henrique Lopes Pereira no cargo de Coordenador da Gestão de Benefícios da Entidade, do dia 29/06/2015 à 08/07/2015, período em que o servidor estará em gozo de licença prêmio, nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 05/1990



6. DAS COMPRAS, LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS.

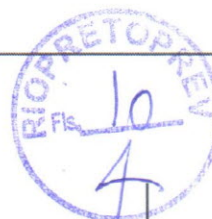
6.1. DAS LICITAÇÕES/CERTAMES REALIZADOS NO PRIMEIRO SEMESTRE

6.1.1. LICITAÇÕES/PREGÕES ABERTOS NO PERÍODO:

Seguem discriminados abaixo os processos licitatórios lançados no primeiro semestre de 2015:

Seguem discriminados abaixo os processos licitatórios lançados no primeiro semestre de 2015:

Processo Administrativo	Tipo	Número da Modalidade	Objeto	Empresa Vencedora	Data	Contrato Nº	Valor Global
01/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	01/2015	Aquisição de material de escritório.	Livraria e Papelaria B&D LTDA EPP	29/01/2015	-	R\$ 4.415,40
02/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	02/2015	Aquisição de materiais de limpeza.	Chama Rio Preto LTDA ME	06/02/2015	-	R\$ 3.820,00
03/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	03/2015	Aquisição de envelopes timbrados.	José Domingos Gimenes ME	27/01/2015	-	R\$ 641,00
04/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	04/2015	Aquisição de açúcar e café.	Nutricionale Comércio de Alimentos LTDA	27/01/2015	-	R\$ 795,00
05/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	05/2015	Contratação do Seguro Predial da Sede da RIOPRETOPREV.	H J Nogueira Administração e Corretagem de Seguros EIRELI	30/03/2015	-	R\$ 2.216,30
06/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	06/2015	Aquisição de Equipamentos de Informática.	-	-	-	REVOGADO
07/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	07/2015	Serviços de manutenção predial do imóvel	João Luiz Ribeiro São José do Rio Preto	24/02/2015	-	R\$ 1.650,00



			sede da RIOPRETOPREV.				
08/2015	Dispensa de Licitação/Art. 24, XVI, Lei 8.666/1993	01/2015	Prestação de Serviços Técnicos Especializados em TI&C.	EMPRO – Empresa Municipal de Processamento de Dados	14/03/2015	01/2015	R\$ 52.413,83
09/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	08/2015	Contratação de empresa para a prestação de serviço de fornecimento de água mineral em galões de polipropileno de 20 litros.	Caron & Bigotto Distribuidora de Água LTDA - ME	15/04/2015	02/2015	R\$ 2.700,00
10/2015	Inexigibilidade	01/2015	Serviços de perícia médica psiquiátrica.	-	-	-	REVOGADO
11/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	09/2015	Aquisição de fonte para microcomputador.	Microplay Comércio de Informática LTDA ME	23/04/2015	-	R\$ 115,00
12/2015	Inexigibilidade	02/2015	Credenciamento de médicos peritos.	Drs. Afonso Augusto Carvalho Loureiro, Jorge Paulete Vanrell, José Eduardo Nogueira Forni, José Roberto Benites Vendrame, Márcio Luiz Lopes Martelli, Nazir Tarraf e Renata Almeida Pires Fabbri.	15/06/2015	03/2015, 04/2015, 05/2015, 06/2015, 07/2015, 08/2015 e 09/2015	R\$ 95,00 ou R\$ 110,00 por perícia.
13/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	10/2015	Aquisição de Passagem Aérea.	Marfly Viagens e Turismo LTDA ME	18/06/2015	-	R\$ 310,35
14/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	11/2015	Aquisição de carimbos.	Eletrochave Hallal LTDA - ME	29/06/2015	-	R\$ 73,20
15/2015	Dispensa de Licitação/Cotação	12/2015	Aquisição de reatores para lâmpadas fluorescentes.	Sidenir Martins da Silva ME	17/07/2015	-	R\$ 120,00



6.1.2. CONTRATOS ADITADOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015:

Empresa	Tipo	Contratação Inicial	Aditamento n°	Vencimento	Objeto
HB Saúde Prestação de Serviços Médicos LTDA	Dispensa de Licitação	20/02/2014	1º	19/02/2016	Contratação de empresa para prestação de Serviços de Medicina Ocupacional descritos na Cláusula Segunda do Instrumento de Contrato.
Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA	Dispensa de Licitação	11/03/2013	2º	10/03/2016	Serviços de consultoria em investimentos.
Griffon Brasil Assessoria LTDA	Inexigibilidade	02/05/2013	2º	01/05/2016	Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Administração Pública mediante Sistema de Assinatura, de acordo com especificações estabelecidas no Anexo I do Instrumento Contratual.
Nutricionale Comércio de Alimentos Ltda	Convite	05/05/2014	3º	04/05/2016	Aquisição de Cestas Básicas para os Servidores Municipais do Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital).
Quântica Tecnologia LTDA - EPP	Dispensa de Licitação	01/06/2014	1º	31/05/2016	Serviços de monitoramento eletrônico e serviços de assistência técnica nos equipamentos.

Realizando a análise, por amostragem, dos processos licitatórios e dos contratos firmados, verificamos que estes dispõem de todos os documentos exigidos pela legislação. Além disso, estão de acordo os princípios constitucionais estampados no art. 37 da Constituição Federal.

7. DOCUMENTOS EXPEDIDOS NO PERÍODO:



No período entre 01/01/2015 e 30/06/2015, a autarquia expediu os seguintes documentos:

Coordenadoria	Tipo do documento	De	Até
Superintendência	Ofícios	1	74
Coordenadoria Administrativa	Ofícios	1	72
Assessoria Executiva	Ofícios	1	2
Coordenadoria de Gestão e Custeio	Ofícios	1	157
Coordenadoria de Concessão de Benefícios	Ofícios	1	900
Superintendência	Internos	1	45
Coordenadoria Administrativa	Internos	1	76
Coordenadoria de Gestão e Custeio	Internos	1	25
Coordenadoria de Concessão de Benefícios	Internos	1	173

Tais documentos visam exclusivamente à comunicação entre a RIOPRETOPREV e os demais órgãos existentes, além da comunicação interna entre os servidores.

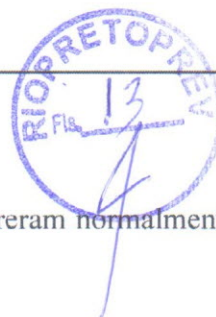
8. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS (DESCRIÇÕES GERAIS):

- TCE - SP: Não houve.
- MPS: Não houve. Apenas o envio dos relatórios e documentos para o DIPR/MPS, com emissão regular do CRP.

9. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CONSELHO FISCAL:

- Principais deliberações: Aprovação das Contas do ano de 2014 (anexo V).
- Pareceres emitidos/Documentos enviados: Emissão de Parecer aprovando as contas de 2014.

10. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA



As atividades do Conselho Municipal de Previdência ocorreram normalmente, decidido, no período (atas disponibilizadas no anexo VI):

10.1. DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JANEIRO/2015:

Na(s) reunião (ões) realizada (a)s no respectivo mês, foi definido:

- 10.1.1. Aprovação da ata 174;
- 10.1.2. Aprovação das diretrizes gerais para o ano de 2014;
- 10.1.3. Comentário sobre o cumprimento das diretrizes gerais de 2014;
- 10.1.4. Estabelecimento das diretrizes gerais de 2015.
- 10.1.5. Apreciação do balancete contábil de novembro de 2014;
- 10.1.6. Apreciação das informações sobre os investimentos em dezembro/2014.

10.2. DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE FEVEREIRO/2015:

Na(s) reunião (ões) realizada (a)s no respectivo mês, foi definido:

- 10.2.1. Aprovação da Ata 175;
- 10.2.2. Apreciação do balancete contábil de dezembro/2014;
- 10.2.3. Apreciação das informações sobre os investimentos em janeiro/2015.

10.3. DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MARÇO/2015:

Na(s) reunião (ões) realizada (a)s no respectivo mês, foi definido:

- 10.3.1. Aprovação da Ata 176;
- 10.3.2. É rejeitada a proposta dos conselheiros eleitos pelos segurados, pela rejeição do plano de custeio definido pela Lei Complementar 396/2013 e formação de novo grupo de trabalho, com a participação dos representantes eleitos pelos servidores, para definir um novo plano de amortização do déficit atuarial da RIOPRETOPREV;
- 10.3.3. Aprovação do Plano de Custeio para o ano de 2015 (avaliação atuarial).
- 10.3.4. Apreciação das contas do ano de 2014;

10.4. DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE ABRIL/2015:

Na(s) reunião (ões) realizada (a)s no respectivo mês, foi definido:



- 10.4.1. Apresentação do Estudo de Solvência pelo Consultor da Empresa Crédito e Mercado
- 10.4.2. Aprovação da ata 177;
- 10.4.3. Apresentação e aprovação da Proposta de LDO para o ano de 2016;
- 10.4.4. O conselho aprecia as informações sobre os investimentos no mês de março/2015;

10.5. DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE MAIO/2015:

Na(s) reunião (ões) realizada (a)s no respectivo mês, foi definido:

- 10.5.1. Aprovação da ata 179;
- 10.5.2. Apreciação do Balancete dos meses de janeiro a março de 2015
- 10.5.3. Apreciação das informações sobre investimentos no mês de abril/2015.

10.6. DECISÕES DO COLEGIADO NAS REUNIÕES DE JUNHO/2015:

Na(s) reunião (ões) realizada (a)s no respectivo mês, foi definido:

- 10.6.1. Aprovação da ata 180;
- 10.6.2. Indicação dos membros para compor o Comitê de Investimentos no mandato de 2015/2016;
- 10.6.3. Apreciação dos balancetes contábeis de abril e maio de 2015
- 10.6.4. Apreciação das informações sobre investimentos no mês de maio/2015.

11. COMPREV:

Conforme relatório fornecido pela Seção que operacionaliza o COMPREV, a movimentação de requerimentos e o fluxo financeiro se deu da seguinte forma:

COMPETENCIA	Nº DE REQUERIMENTOS	APROVADOS
2003	1	1
2004	9	0
2005	34	0
2006	39	3

(Handwritten signatures and initials)



2007	96	20
2008	25	11
2010	46	15
2013	168	95
2014	171	47

Competência: 2015		
1º SEMESTRE/2015	136 requerimentos encaminhados ao MPS/INSS	APROVADOS: 0 PENDENTES: 102 ANÁLISE: 04 NÃO TEM COMPREV: 30

TOTAL GERAL 2003 A 2015		
	REQUERIMENTOS	718
	EM ANÁLISE	145
	PENDENTE(*)	252
	APROVADOS	196
	NÃO TEM COMPREV	125

(*)Observações: Os requerimentos pendentes referem-se aos processos, que estão lançados no sistema do INSS, e que aguardam liberação das Certidões de homologação das aposentadorias, pelo Tribunal de Contas para serem concluídos.

11.1. RECEBIMENTOS DE CONCESSÃO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 1º SEMESTRE 2015

11.1.1. RECEBIMENTO ESTOQUE – 2015

Mês	Valor
Janeiro	00
Fevereiro	00
Março	00
Abril	00
Maio	00
Junho	00
Total	00



Não houve recebimento de Estoque neste semestre, os requerimentos estão no sistema do RGPS para serem analisados e recebidos os valores.

11.1.2. RECEBIMENTO FLUXO MENSAL -2015

Mês	Valor
Janeiro	60.503,60
Fevereiro	60.503,60
Março	60.503,60
Abril	60.503,60
Mai	60.503,60
Junho	60.503,60
Total	363.021,60

11.1.3. PROPORCIONALIDADE ENTRE REGIMES – MÓDULO RO (REGIME DE ORIGEM – RI (REGIME INSTITUCIONAL)

Com a implantação do disposto no Artigo 19B da Portaria MPAS nº 6209/1999, que trata sobre o bloqueio dos valores das Compensações Previdenciárias entre os Regimes Próprios e o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, por falta de reciprocidade nas decisões dos requerimentos:

"Art. 19-B. O repasse do fluxo mensal de compensação financeira entre regimes poderá ser suspenso quando o credor deixar de decidir ou decidir processos em quantidade proporcionalmente inferior aos decididos pelo devedor, considerando-se os requerimentos protocolados há mais de noventa dias, ressalvados os casos em que o credor tiver decidido mais de oitenta por cento dos requerimentos protocolados há mais de noventa dias, ou quando a diferença proporcional em relação à quantidade de requerimentos decididos pelo devedor há mais de noventa dias for inferior a cinco pontos percentuais."(alterado pela Portaria MPS 288, de 30 de junho de 2015).

Competência: Junho 2015

RO – REGIME GERAL PREVIDENCIA SOCIAL				RI- REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL		
Quantidade Requerimentos Enviados a mais de 90 dias	Quantidade Requerimentos Decididos	% Proporcionalidade	Quantidade de Requerimentos Reenviados	Quantidade Requerimentos Enviados a mais de 90 dias	Quantidade Requerimentos Decididos	% Proporcionalidade
251	211	84,06	191	62	54	87,09

O Regime Próprio, decidiu 87,09 % dos requerimentos enviados pelo Regime Geral de Previdência Social, e este decidiu 84,06% dos requerimentos enviados pelo Regime próprio.



Estando o Regime Próprio, com a proporcionalidade superior à do INSS, fica garantido que durante, durante o período, não precisaremos decidir nenhum dos requerimentos que sobraram, e que estão no sistema, e sim aguardar que o INSS cumpra com o dever de decidir os requerimentos desta Autarquia, que estão no Módulo RO a mais de 90 dias.

12. ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS.

No primeiro semestre de 2015 houve a publicação das Lei Complementares nº 477 e 478/2015, que alteraram o inc. X, do art. 105, da Lei Complementar nº 139/2001 e o §1º, art. 2, da Lei Complementar nº 396/2013, respectivamente (anexo VIII).

13. DA AVALIAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E OUTROS INDICADORES RELATIVOS AO ANO DE 2015.

Avaliando os resultados obtidos no primeiro semestre de 2015, elaboramos o levantamento técnico para atender aos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6 e 3.11 da Instrução Normativa nº 23/2013.

13.1. RECEITA PREVISTA *VERSUS* RECEITA ARRECADADA

Conforme balancete de receita do período (Anexo IX e X), destacamos o que segue:

Receita Prevista Anual – R\$	Receita Arrecadada até o período – R\$	% arrecadado
85.107.675,00	37.418.082,24	43,965%

Ressaltamos que foram arrecadados valores correspondentes a 43,965% do inicialmente previsto.

13.2. DESPESAS PREVISTAS *VERSUS* DESPESAS EXECUTADAS

De acordo com o balancete da despesa (Anexo XI e XII) destacamos a sua execução, conforme segue:

Dotação Inicial	Empenhado – R\$	%	Liquidado – R\$	%	Pago – R\$	%
------------------------	------------------------	----------	------------------------	----------	-------------------	----------



suplementada – R\$						
93.853.375,00	72.854.558,31	77,63	35.978.986,76	38,34	35.937.418,44	38,29

Destacamos que o total empenhado corresponde a 77,63% do total autorizado; o liquidado corresponde a 38,34%, o pago corresponde a 38,29%, respectivamente.

Considerando-se a dotação inicial suplementada apresentada com a retirada da reserva de contingência, temos o resultado real da execução das despesas:

Dotação Inicial suplementada – R\$	Empenhado – R\$	%	Liquidado R\$	– %	Pago – R\$	%
82.156.500,00	72.854.558,31	88,68	35.978.986,76	43,79	35.937.418,44	43,74

13.3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Analisando a execução orçamentária, identificamos o que segue:

Arrecadação	Valor - R\$	%
37.418.082,24	35.978.986,76 – Liquidado	96,15
	35.937.418,44 – Pago	96,04

A execução orçamentária, até o momento, considerando os valores dos empenhos liquidados e pagos, apresenta um quadro superavitário de 3,85% e 3,96%, respectivamente.

13.4. EXECUÇÃO POR PROGRAMA



A execução orçamentária por programas governamentais ocorreu conforme o quadro abaixo:

Programa	Orçado	Empenhado	%	Pago	%
0	124.000,00	13.598,31	10,97	13.598,31	10,97
2	82.032.500,00	72.536.173,08	88,42	35.923.820,13	49,02
9999	11.696.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00

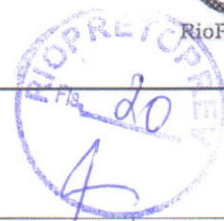
As metas fiscais estimadas para os programas governamentais da RIOPRETOPREV são as especificadas no quadro abaixo:

Relação de Programas de Governo		Indicador	Metas
0	Operações Especiais	Ações Administrativas	100%
2	Suporte Administrativo	Ações Administrativas	100%
9999	Reserva de Contingência	Ações Administrativas	100%

13.5. EXECUÇÃO POR AÇÃO

A execução orçamentária por ações governamentais ocorreu conforme o quadro a seguir:

Ação	Orçado	Empenhado	%	Pago	%
0.008	124.000,00	13.598,31	10,97	13.598,31	10,97
2.001	4.189.500,00	3.480.896,88	83,09	1.657.801,45	39,57



2.055	77.843.000,00	69.055.276,20	88,71	34.266.018,68	44,02
9.999	11.696.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As metas fiscais estimadas para as ações governamentais da RIOPRETOPREV são as especificadas no quadro abaixo:

Relação das Ações Governamentais		Indicador	Metas Previstas
0.003	Precatórios	Ações Administrativas	100%
2.001	Manutenção	Ações Administrativas	100%
2.055	Pagamento de Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios.	Ações Administrativas	100%
9.999	Reserva de Contingência	Ações Administrativas	100%

13.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Análise Financeira	
Disponibilidades – R\$	215.554.641,55
Empenhos processados – R\$	35.978.986,76
Empenhos pagos - baixado – R\$	35.937.418,44
Disponibilidade Líquida – R\$	229.976.649,85



Na análise financeira da execução, até o presente momento identificamos uma suficiência financeira na ordem de R\$ 229.976.649,85.

13.7. VARIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

O patrimônio do início do exercício era da ordem de R\$ 248.036.508,70 evoluiu para o montante de R\$ 262.458.017,20, portanto, um aumento de 5,81% no período.

13.8. REGULARIDADE DOS ADIANTAMENTOS REALIZADOS.

No primeiro de 2015 foram realizados adiantamentos (anexo XIII). De acordo com os pareceres deste Controle Interno, as prestações de contas foram consideradas regulares.

Seguem abaixo os resumos dos adiantamentos:

Empenho nº	Responsável	Valor Adiantamento – R\$
87/2015	Mário José Piccarelli de Castro	555,00
86/2015	Rubem Severian Loureiro	319,50
113/2015	Mário José Piccarelli de Castro	80,00
121/2015	Vagner Augusto Takahashi Arakawa	349,68
123/2014	Wilclem de Lázari Araujo	311,00

14. BENS DO IMOBILIZADO

O levantamento anexo, de lavra do servidor Mário José Piccarelli de Castro, discrimina a relação de bens móveis da entidade (patrimônio), indicando, inclusive, o código da placa de identificação dos mesmos (anexo XIV).

Nos relatórios anteriores foram apontadas as seguintes situações: FALTA DE PLACAS IDENTIFICANDO ALGUNS BENS; PERMANÊNCIA DE BENS FORA DA SEDE

B A B



DA ENTIDADE SEM FORMALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO; DA NÃO LOCALIZAÇÃO DE ALGUNS BENS.

Sobre os apontamentos supramencionados, foi recebido o Interno nº 071/2015 – RPP/ADM, informando as providências adotadas para sanar os pontos destacados.

Subsiste, no campo patrimonial, somente o apontamento quanto a depreciação patrimonial, conforme segue.

14.1. DA NÃO UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE DEPRECIAÇÃO DOS BENS

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.9), convergentes às *International Public Sector Accountant Standards (IPSAS)* publicadas pela *International Federation of Accountants (IFAC)*. A adoção dessas normas na contabilidade governamental brasileira trará inovações que refletirão no registro do patrimônio público, tais como a depreciação do imobilizado.

Considerando a ausência de providências nesse sentido, aguardamos a regularização.

15. DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

Esta vigente o certificado de regularidade previdenciária, conforme dados abaixo:

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

N.º 987097-130368

DADOS DO MUNICÍPIO

CNPJ: 46.588.950/0001-80
NOME: São José do Rio Preto
UF: SP



É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

OS OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTE CASOS:

- I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
- II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
- III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
- IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI N.º 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ORGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: www.previdencia.gov.br, POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA .

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EXIGIDO

EMITIDO EM 23/3/2015.

VÁLIDO ATÉ 19/9/2015 .

16. CONCLUSÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.


Concluindo seus trabalhos, este Sistema de Controle Interno, certifica que realizou a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial *da Autarquia quanto à legalidade, legitimidade, economicidade.*

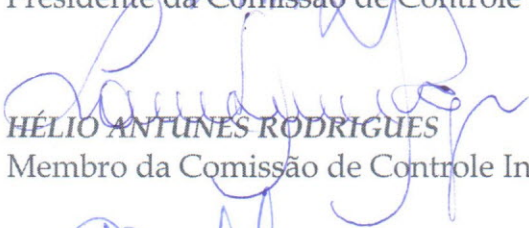



Ante a todo o exposto, atestamos a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

Aguardamos também a adoção das providências sugeridas neste relatório.

São José do Rio Preto, 31 de julho de 2015.


ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO
Presidente da Comissão de Controle Interno


HÉLIO ANTUNES RODRIGUES
Membro da Comissão de Controle Interno


IZABEL CRISTINA PIRES BORELLI
Membro da Comissão de Controle Interno